

PALC 170  
Nº 2019/0517  
Kella Maria da Conceição Siqueira



CONTRATO Nº 2019/0517-01-00 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR, CIRÚRGICA E OBSTÉTRICA À SAÚDE, AOS EMPREGADOS E DIRETORES DA SÃO PAULO TRANSPORTE S/A. - SPTRANS, SEUS DEPENDENTES REGULARMENTE NOMEADOS, ATRAVÉS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA EMPRESARIAL, COM REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA QUE ENTRE SI CELEBRAM, A "SÃO PAULO TRANSPORTE S/A" E A EMPRESA "CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL", NA FORMA ABAIXO MENCIONADA:

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A  
Gerência de Contratações Administrativas  
Registro N.º 2019/0517-01-00

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a **SÃO PAULO TRANSPORTE S/A**, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista, 236, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 60.498.417/0001-58, neste ato representada por sua Procuradora e por seu Diretor ao final nomeados e qualificados, que este subscrevem, de conformidade com seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente "**SPTrans**", e de outro a empresa **CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL**, com sede na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, 1826, Cerqueira César, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.812.468/0001-06, neste ato por seus representantes legais, ao final nomeados e qualificados, que também subscrevem o presente, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, consoante autorização desta contratação no Termo de Homologação publicado no Diário Oficial da Cidade em 20/11/2019, vinculado aos termos do Edital da **LICITAÇÃO**, pelo rito da modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, sob nº **019/2019**, do tipo menor preço, cujo objeto se dará pela forma de execução indireta pelo regime de empreitada por preços unitários, com a finalidade de conservação de preservação da saúde, Processo Administrativo de Licitações e Contratos - **PALC nº 2019/0517** e será regido pela Lei Federal nº 13.303, de 30/06/16, Lei Complementar nº 123, de 14/12/06 e alterações; Decreto Municipal nº 56.475, de 05/10/15; Lei Municipal nº 14.094, de 06/12/05 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SPTrans - RILC, disponível no link [http://www.sptrans.com.br/media/1158/regulamento\\_interno\\_licitacoes\\_e\\_contratos\\_out18.pdf](http://www.sptrans.com.br/media/1158/regulamento_interno_licitacoes_e_contratos_out18.pdf), que foi publicado no Diário Oficial da Cidade em 18/10/18, pelo Código de Conduta e Integridade da SPTrans, disponível no link <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/0555564c-5e1d-4179-a6eb-fa7ef8223474/resource/54514465-e36f-41b3-b129-95dc2cd6794a/download/codigo-de-conduta-e-integridade-versao-15-06-18.pdf>, bem como demais diplomas aplicáveis espécie, têm entre si justo e avençado o seguinte:

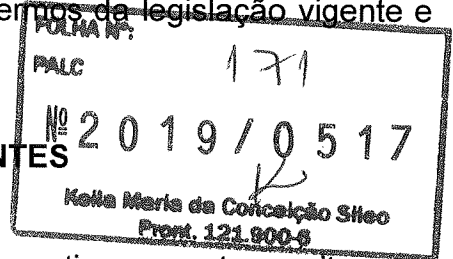
**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de Serviços Especializados de Assistência Médica, Hospitalar, Cirúrgica e Obstétrica à Saúde, aos empregados e Diretores da São Paulo Transporte S/A. - SPTrans, seus dependentes regularmente nomeados, através de Plano de Assistência Médica Empresarial, com registro na



Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, nos termos da legislação vigente e especificações do Termo de Referência.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1. Integram o presente contrato tal como se nele estivessem transcritos os documentos a seguir relacionados:
  - 2.1.1. Anexo II – Termo de Referência;
  - 2.1.2. Anexo III - Planilha de Quantidades e Preços, da **CONTRATADA** de 12/11/2019;
  - 2.1.3. Anexo IV - Critério de Preço e Medição;
  - 2.1.4. Anexo VI - Carta Proposta Comercial, da **CONTRATADA**, de 12/11/2019.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

- 3.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Título V Capítulo V do RILC, mediante emissão do Termo Aditivo, podendo ocorrer a rescisão antecipada mediante notificação com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência.
  - 3.1.1. O prazo de 90 (noventa) dias estabelecido no item anterior começará a fluir na data em que a parte interessada na rescisão contratual protocolizar junto ao gestor da outra parte a correspondência de comunicação.
- 3.2. A **CONTRATADA** deverá dar início aos serviços no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da assinatura do contrato.
- 3.3. A **CONTRATADA** deverá emitir, conforme padrão estabelecido pela ANS, carteiras de identificação (1ª e 2ª vias), sem custo adicional para a **SPTrans** e/ou beneficiários, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, tanto no início como no decorrer do contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos necessários para suportar as despesas deste instrumento, no presente exercício, constam da "Previsão Orçamentária de 2019 da **SPTrans**", conforme Requisições de Compra – RC nº 23.695 e 23.696.
  - 4.1.1. Para os exercícios seguintes, ficam condicionados à aprovação das respectivas Leis Orçamentárias.

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



FOLHA Nº: 172
PALC
Nº 2019/0517
Keila Maria da Conceição Sileo Prof. 121.900-6

## CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

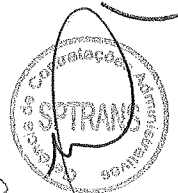
- 5.1. Tem o presente contrato o valor total de R\$ 55.999.856,64 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis mil e sessenta e quatro centavos), referido ao mês da data da apresentação da proposta, ou seja, novembro/2019.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. Para a execução do objeto contratado, a **CONTRATADA** deverá obedecer às condições estabelecidas no presente contrato e seus Anexos, especialmente o Termo de Referência.
- 6.2. Os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com as normas aplicáveis ao objeto.
- 6.3. A abrangência do plano de assistência médica deve ser estadual, com ênfase em São Paulo Capital, demais municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo, Litoral e Interior.
- 6.4. A **SPTrans** fornecerá, no ato da assinatura, a relação inicial de beneficiários, por adesão compulsória, composta pelos diretores, empregados e seus respectivos dependentes para o cadastramento inicial, sem distinção, pela **CONTRATADA**, que fará parte integrante deste Contrato, como se aqui estivesse transcrita.
- 6.5. Os beneficiários dos serviços de assistência médica que engloba os segmentos ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico dividem-se em:
- 6.5.1. **BENEFICIÁRIOS TITULARES:** diretores e empregados.
- 6.5.2. **BENEFICIÁRIOS DEPENDENTES:** esposa(o), companheira(o), filhas(os)\* menores de 21 (vinte e um) anos e até 24 (vinte e quatro) anos, se universitários, e portadores de deficiência sem limite de idade mediante apresentação de documento médico ou judicial comprobatório.  
\*equiparados os adotivos e tutelados
- 6.6. A quantidade total estimada de beneficiários titulares e dependentes é de 4.069 (quatro mil e sessenta e nove) classificados por faixa etária e sexo, nos termos do quadro a seguir – Beneficiários por Tipo/Idade.



Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



FAIXA ETÁRIA	TITULARES EMPREGADOS		TOTAL	DEPENDENTES		TOTAL	TOTAL GERAL
	FEMININO	MASCULINO		FEMININO	MASCULINO		
0 - 18	1		1	450	482	932	933
19 - 23	3	2	5	149	139	288	293
24 - 28	18	13	31	13	2	15	46
29 - 33	23	79	102	35	2	37	139
34 - 38	35	112	147	74	4	78	225
39 - 43	43	151	194	118	12	130	324
44 - 48	39	156	195	142	9	151	346
49 - 53	97	265	362	161	17	178	540
54 - 58	100	304	404	144	31	175	579
59 ou +	85	360	445	184	15	199	644
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>1.442</b>	<b>1.886</b>	<b>1.470</b>	<b>713</b>	<b>2.183</b>	<b>4.069</b>

- 6.7. A **CONTRATADA** assumirá todo o grupo de beneficiários existentes na data de sua contratação, sem qualquer limitação, ou seja, sem limite de idade, sem exigir qualquer tipo de exame, independente do estado de saúde, sem quaisquer carências
- 6.8. Quando da admissão de novos Diretores, empregados e também de outros dependentes, como nos casos de casamento, reconhecimento de união estável, nascimento ou adoção de filhos, essas inclusões deverão ser efetivadas com isenção de carências somente se formalizado o pedido de ingresso no plano em até 30 dias do evento.
- 6.8.1. A **CONTRATADA** poderá estabelecer carências para os futuros beneficiários inscritos 30 dias após a data do evento, conforme previsto pela ANS. As carências serão contadas a partir da data formal de inclusão do beneficiário no plano e obedecerão aos seguintes prazos máximos, conforme tabela a seguir.

Situação	Carência
Casos de urgência (acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional) e emergência (risco imediato à vida ou lesões irreparáveis)	24 horas
Partos a termo, excluídos os partos prematuros e decorrentes de complicações no processo gestacional	300 dias
Consultas e exames simples	30 dias
Demais situações	180 dias

- 6.9. Os desligamentos de titulares ou exclusões de dependentes serão processados nos termos do artigo 7º da RN 412/16.
- 6.10. As exclusões de beneficiários serão comunicadas formalmente pelo Gestor do Contrato da **SPTrans** à **CONTRATADA**.
- 6.11. A **CONTRATADA** deverá oferecer plano contemplando: Plano Padrão Enfermaria, Plano Padrão Intermediário e Plano Padrão Apartamento, conforme especificado no Anexo II – Termo de Referência

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

- 6.11.1. Nos Planos Padrão Intermediário e Padrão Apartamento opcionais, a sobretaxa resultante da diferença entre o Plano Padrão Enfermaria, ficará a cargo do titular e será descontada mensalmente dos seus vencimentos em folha de pagamento, mediante prévia autorização por parte da SPTrans.

FOLHA Nº:	174
PALC	
19/0517	
Nella Maria de Carvalho Fone: 321.900.9	

### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 7.1. Para todos os serviços, objeto deste contrato, serão adotados os preços unitários propostos pela **CONTRATADA** constantes no Anexo III – Planilha de Quantidades e Preços, referidos ao mês da data de apresentação das propostas, ou seja, novembro/2019.
- 7.2. Nos preços unitários propostos que constituirão a única e completa remuneração para a execução do objeto do contrato, estão computados todos os custos, tributos e despesas da **CONTRATADA**, conforme o contido no Anexo IV - Critério de Preço e Medição, nada mais podendo a **CONTRATADA** pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.
- 7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 7.4. Caso a **SPTrans** ou a **CONTRATADA** venham a obter das autoridades governamentais benefícios fiscais, isenções ou privilégios referentes a tributos incidentes sobre os preços do objeto deste contrato, as vantagens decorrentes desses incentivos determinarão a redução de preço, na medida em que sobre eles repercutirem.
- 7.5. Os preços contratuais propostos serão reajustados obedecido o seguinte critério:
- 7.5.1. Na conformidade com a legislação vigente, o reajuste dos preços contratados será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times \left[ \left( \frac{\text{IPC FIPE}_1}{\text{IPC FIPE}_0} \right) - 1 \right]$$

ONDE:

R = Valor do reajustamento.

$P_0$  = Valor da medição calculada com os preços do contrato, base novembro/2019.

$\text{IPC-FIPE}_0$  = Número Índice de Preços ao Consumidor – IPC apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, referente ao mês da base dos preços, isto é, novembro/2019.

$\text{IPC-FIPE}_1$  = Número Índice de Preços ao Consumidor – IPC apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, referente ao mês de

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



anualização da base de preços, isto é, novembro/2020, e novembro dos anos subsequentes, no caso de prorrogação do prazo contratual.

- 7.5.2. O reajustamento obedecerá às disposições contidas na Portaria SF nº 389 de 18 de dezembro de 2017, podendo o índice ser alterado de comum acordo, por ocasião da substituição do índice por ato normativo da SF.
- 7.5.3. O cálculo do reajuste se dará em função da variação ocorrida entre o mês da data base novembro/2019 e o mês de sua anualização novembro/2020, e vigorará sobre os preços contratuais a partir do mês de novembro/2020 e novembro dos anos subsequentes, no caso de prorrogações de prazo contratual.
- 7.5.4. O percentual de reajuste será calculado considerando 2 (duas) casas decimais, efetuando-se o arredondamento por critério matemático. Exemplo: 5,425% será arredondado para 5,43%; 5,424% será arredondado para 5,42%.
- 7.5.5. O valor referente ao reajuste de preços somente será exigível no primeiro pagamento devido à **CONTRATADA**, depois de transcorridos 12 (doze) meses da data estabelecida como "data base" do preço (P<sub>0</sub>) e após a divulgação oficial do índice adotado na fórmula acima, sendo vedada a aplicação do índice provisório.
- 7.5.6. A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

## CLÁUSULA OITAVA – DA SINISTRALIDADE

- 8.1. O Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total da contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração.
- 8.2. Se o Índice de Sinistralidade se situar acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IR = IS / 0,70$$

$$IS = \sum Sa / \sum Pp$$

Onde:

IR = Índice de Reajuste Técnico

IS = Índice de Sinistralidade

0,70 = Índice Máximo de Sinistralidade

$\sum Sa$  = Somatório dos Sinistros Apurados pela **CONTRATADA** no Período Analisado

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídica



FOLHA Nº: 176  
PALC  
Nº 2019/0517  
Nota Fiscal de Serviços  
Prest. 121.900,8



$\Sigma Pp$  = Somatório das Contraprestações pecuniárias líquidas pagas a **CONTRATADA** no período analisado.

- 8.2.1. Sempre que o IR - Índice de Reajuste Técnico for maior que 01 (um), os prêmios poderão ser reajustados pelo índice apurado, desde que formalmente solicitado pela Contratada.
- 8.3. As apurações serão feitas mensalmente, sendo que a primeira apuração se dará a partir do 1º mês de vigência do contrato, estabelecendo índices totais mensais e consolidações acumuladas para efeito de acompanhamento, tendo por base somatória de Sa e Pp, do período compreendido entre o último mês que serviu de base para o último reajuste aplicado e o mês da efetiva análise, desde que esse período seja limitado a 12 (doze) meses.
- 8.4. Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados do mês de início da prestação dos serviços ou da data do último reajuste.
- 8.5. O custo de migração de categoria não poderá ser considerado para fins de cálculo de sinistralidade.

## CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO, ACEITAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1. As Medições dos serviços serão apresentadas mensalmente pela **CONTRATADA**, mediante relatório detalhado dos serviços executados no período, cabendo à área gestora a aferição dos quantitativos e qualidade do serviço prestado.
- 9.1.1. A primeira será realizada no último dia do mês, considerando-se como primeiro dia da contagem, a data do efetivo início dos serviços.
- 9.1.2. As subsequentes suceder-se-ão a cada período de um mês a partir da data de término da medição anterior, exceto a medição final, que poderá abranger menor período, por se tratar do último da execução do objeto.
- 9.2. O valor das medições será apurado conforme Anexo IV - Critério de Preço e Medição, que faz parte integrante do Contrato.
- 9.3. Vencido o mês medido, a **CONTRATADA** enviará a respectiva medição à **SPTrans**, que terá o prazo de 03 (três) dias úteis do recebimento, para aceitá-la ou não.
- 9.3.1. Caso a medição enviada não seja aceita, a **CONTRATADA** deverá enviar outra, devidamente corrigida, para nova análise, que deverá ser feita pela **SPTrans** no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento.
- 9.3.2. A **CONTRATADA** somente poderá emitir a Nota Fiscal/Fatura, após a aceitação da **SPTrans** na medição apresentada.
- 9.3.3. A partir do 1º dia útil do mês subsequente, a **CONTRATADA** emitirá uma única Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços prestados no mês anterior.

Ana Camilo Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

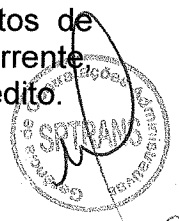


FOLHA Nº: 177  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kelle Maria de Conceição Steco  
17/11/2019



- 9.4. Os pagamentos referentes às medições e reajustamentos, quando devidos, serão efetuados 08 (oito) dias úteis após a data de apresentação e aceite pela **SPTrans** das Notas Fiscais/Faturas dos serviços, por meio de crédito em conta corrente que a **CONTRATADA** deverá manter no banco indicado pela **SPTrans**.
- 9.5. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a **CONTRATADA**:
- 9.5.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 9.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.6. Caso a **CONTRATADA** solicite que o pagamento seja creditado em outro banco, arcará com todas as despesas e tarifas bancárias vigentes, incorridas na transação de pagamento, tais como: tarifa DOC, tarifa TED, tarifa de Emissão de Cheque, entre outras.
- 9.7. A **CONTRATADA** deverá preencher carta de autorização de crédito em conta corrente, na Gerência de Finanças – DA/SFI/GFI, na Rua Boa Vista, nº 128 – 3º andar – Centro – São Paulo/SP.
- 9.8. A efetivação do pagamento à **CONTRATADA** fica condicionada à ausência de registro no CADIN Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05.
- 9.9. No caso de eventual atraso no pagamento pela **SPTrans**, o valor devido será atualizado financeiramente, *pró-rata temporis*, desde o dia do seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, nas condições estabelecidas pela Portaria nº 05/12 expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo. Para efeito deste cálculo considerar-se-á mês comercial de trinta dias.
- 9.9.1. Essa atualização não será aplicada na hipótese de suspensão do pagamento, em razão do cumprimento da Lei Municipal nº 14.094/2005, ou seja, caso a **CONTRATADA** esteja inscrita no CADIN Municipal.
- 9.10. Na Nota Fiscal, deverá constar, obrigatoriamente, o número do Instrumento Contratual.
- 9.11. Se a **CONTRATADA** estiver localizada em outro Município deverá realizar a inscrição no Cadastro para empresas estabelecidas fora do Município de São Paulo, e que prestam serviços para empresas situadas no Município (Cadastro Prestadores de Serviços de Outros Municípios), em relação ao serviço prestado.
- 9.12. A **CONTRATADA** dará como quitadas as Duplicatas e outros documentos de cobrança, saldados pela **SPTrans**, pela efetivação do crédito em conta corrente, cheque administrativo ou qualquer sistema de transferência eletrônica de crédito.

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico





9.12.1. Quaisquer outros títulos emitidos pela **CONTRATADA** deverão ser mantidos em carteira, não sendo a **SPTrans** obrigada a efetuar o seu pagamento, se colocados em cobrança pelo sistema bancário.

9.12.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão a aceitação definitiva dos serviços.

9.13. A **SPTrans** poderá descontar de qualquer pagamento, importância que a qualquer título lhe seja devida pela **CONTRATADA**, por força deste ou de outros contratos, garantidos os princípios do contraditório e ampla defesa quando for o caso.

9.14. As Notas Fiscais de Serviços / Faturas deverão ser entregues na Rua Boa Vista, nº 236, Centro – São Paulo – SP, aos cuidados da Sra. Laura, no horário compreendido entre 09h00 e 16h00, de segunda a sexta-feira.

9.15. As Notas Fiscais de Serviço/Faturas (documentos de cobrança) emitidas pela **CONTRATADA** deverão mencionar os seguintes dados:

Endereço: Rua Boa Vista, 236 - Centro – CEP: 01014-000 - São Paulo/SP;  
CNPJ 60.498.417/0001-58;  
Número de registro do contrato e a data de sua assinatura;  
Objeto Contratual;  
Mencionar e discriminar os serviços executados.

9.16. A **SPTrans** poderá promover a retenção preventiva de créditos devidos à **CONTRATADA** em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento da **CONTRATADA** de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

10.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato:

10.1.1. Ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.

10.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à **SPTrans** ou a terceiros, independentemente de comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.1.4. Não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou execução do presente contrato, ou divulgá-las por qualquer forma, sem prévia autorização expressa da **SPTrans**.



POLINA Nº: 179  
PALC  
Nº 2019/0517  
Nella Maria da Conceição Sileo  
para 121.900,6



10.1.5. Se a **CONTRATADA** desejar, para fins promocionais ou publicitários, divulgar o serviço a seu cargo, somente poderá fazê-lo mediante apresentação prévia das mensagens e sua aprovação pela **SPTrans**.

10.1.6. A **CONTRATADA** será a responsável única pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, observado o disposto nos artigos 220 a 223 do RILC

10.1.7. Informar à **SPTrans**, a qualquer tempo, a ocorrência das seguintes situações:

10.1.7.1. Declaração de inidoneidade por ato do Poder Público;

10.1.7.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.7.3. Impedimento de licitar, de acordo com o previsto no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 e artigos 12 e 13 do RILC.

10.2. Pela prestação dos serviços, a **CONTRATADA** obriga-se a:

10.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

10.2.2. Executar os serviços objeto do contrato, estritamente de acordo com as especificações técnicas e dentro dos prazos estabelecidos;

10.2.3. Garantir o atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive pronto socorro em sua rede credenciada;

10.2.4. Fornecer à **SPTrans** todo o suporte necessário para a implantação e manutenção do plano contratado;

10.2.5. Disponibilizar serviços de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, através de profissionais capacitados para dirimir dúvidas dos beneficiários quanto a locais para realização de exames de qualquer tipo na rede credenciada, atendimento de urgência/emergência em pronto socorro e/ou hospitais, autorização nos casos de urgência e emergência para realização de procedimentos cirúrgicos, internação eletiva, serviços de remoções em unidades móveis básicas ou UTI, dentre outros;

10.2.6. Colocar à disposição dos beneficiários, em endereço eletrônico, listagem completa onde constem os profissionais e as instituições da rede credenciada;

10.2.7. Manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao apresentado na ocasião da apresentação das propostas. Caso haja descredenciamento de qualquer prestador, deverá credenciar outro de

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



FOLHA Nº: 180  
PALC  
Nº 2019/0517



mesmo porte e abrangência territorial, com a mesma capacitação técnica ou superior, no prazo máximo de 60 dias, devidamente aprovado pela SPTrans;

10.2.7.1. Na hipótese de descredenciamento ou substituição de rede hospitalar, durante o período de internação de algum beneficiário, caso o mesmo não tenha condições de ser removido, a **CONTRATADA** deverá mantê-lo internado e obriga-se ao pagamento integral das despesas decorrentes dessa internação, até a alta do paciente, a critério do médico.

10.2.8. Garantir reembolso aos beneficiários, no prazo máximo de 30 dias, conforme procedimentos previstos em contrato, nos casos de urgência e emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios ou contratualizados, dentro da área geográfica de abrangência e atuação do plano, com garantia de que o valor do reembolso nas urgências e emergências não seja inferior ao valor praticado pela operadora junto à rede de prestadores do respectivo plano;

10.2.9. Quando da negativa para algum procedimento e/ou atendimento, a Contratada deverá apresentar ao beneficiário justificativa por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme previsto na RN 395/16 ANS;

10.2.10. Encaminhar mensalmente à **SPTrans**, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, os relatórios previstos na RN 389/15.

10.3. A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (artigo 190, inciso XV do RILC).

10.4. As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre o contrato serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

10.5. A **CONTRATADA** sugerirá à **SPTrans**, em tempo hábil, todas as providências que sejam necessárias à adequação do objeto contratual aos aspectos imprevistos ou supervenientes constatados durante a execução dos serviços de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões decorrentes dos aspectos mencionados possam ser superados pela **SPTrans**, sem o comprometimento da execução do objeto do Contrato.

10.6. Ainda que os serviços estejam concluídos e que todos os relatórios e demais documentos relativos a este contrato já tenham sido entregues à **SPTrans**, e mesmo que esteja encerrado o prazo contratual, a **CONTRATADA** ficará responsável por quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, a critério da **SPTrans**.

10.7. São obrigações da **SPTrans**, além das demais previstas neste contrato:

10.7.1. Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados necessários à completa execução dos serviços contratados, solicitando quando necessária inclusão imediata de novos beneficiários e respectivos dependentes, bem

na Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

FOLHA Nº: 181  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kellen Maria da Conceição Silveira  
Prom. 121.900-6

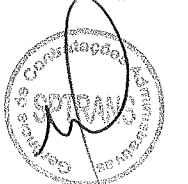


como comunicar inclusões e exclusões de beneficiários e alteração de padrão de plano;

- 10.7.2. Responsabilizar-se pelo pagamento da diferença dos valores decorrentes da opção por parte do titular pelos Planos Padrão Intermediário e Padrão Apartamento, desde que a inclusão tenha sido feita exclusivamente junto à **SPTrans**;
- 10.7.3. Não obstante a responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, a **SPTrans** fiscalizará e acompanhará a execução dos serviços ajustados, assim como o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do Contrato, inclusive, verificando a qualidade dos serviços prestados e registrando ocorrências;
- 10.7.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 10.7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da **CONTRATADA**;
- 10.7.6. Notificar o preposto da **CONTRATADA** sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.7.7. Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo II - Termo de Referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas neste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **SPTrans** garantia de execução contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a celebração do respectivo instrumento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, especialmente a multa prevista no item 12.2.1 deste contrato, devendo a vigência da garantia ter seu início na mesma data de assinatura do contrato.
- 11.2. A garantia será de R\$ 2.799,992,83 (dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do contrato originalmente pactuado.
- 11.3. Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
  - 11.3.1. Caução em dinheiro;
  - 11.3.2. Seguro-garantia;
  - 11.3.3. Fiança bancária.



Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

- 11.4. Se a **CONTRATADA** optar pela apresentação de garantia na modalidade prevista no item 11.3.2, o ramo deverá ser o seguinte: Seguro Garantia: Segurado – Setor Público, conforme artigos 3º e 4º da Circular Susep nº 477 de 30 de setembro de 2013.
- 11.5. A garantia prestada por meio de seguro-garantia ou carta fiança deverá ter prazo de vigência superior em 180 (cento e oitenta) dias à vigência do contrato.
- 11.5.1. As garantias prestadas na modalidade de fiança bancária ou seguro garantia deverão ser apresentadas na forma digital ou em original com reconhecimento de firma e apresentação de procuração atualizada. As garantias efetuadas de forma digital, somente serão reconhecidas após a sua verificação junto ao site da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).
- 11.5.2. A admissibilidade de Apólice de Seguro com Selo de Autenticidade, passível de verificação na SUSEP, nos termos da MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade pela autenticidade do documento apresentado.
- 11.5.3. Constatada qualquer irregularidade na conferência da autenticidade, deverá ser providenciada a imediata substituição da garantia.
- 11.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia a que se refere o item 11.1, autorizará a **SPTrans** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no RILC e neste Contrato.
- 11.7. A garantia deverá ser complementada pela **CONTRATADA** sempre que, independente do motivo, houver elevação no valor contratual.
- 11.8. A garantia será liberada para devolução após cumprimento definitivo do contrato, mediante solicitação por escrito da **CONTRATADA** ao gestor do contrato, desde que não haja multas a aplicar, acerto de contas por fazer, pendências trabalhistas, previdenciárias, fundiárias (FGTS) ou de qualquer outra natureza, e ainda, após a assinatura, pelas partes, do “Termo de Conclusão, Encerramento e Quitação”.
- 11.9. Para a devolução da garantia prestada em moeda corrente nacional o valor devido será atualizado financeiramente *pró-rata temporis* - desde a data do recolhimento até a data da efetiva devolução da garantia ou no caso de substituição da garantia, até a data da comunicação à **SPTrans** para sua liberação - nas condições estabelecidas para a matéria em regulamentações expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo e na ausência destas pelo IPCA (IBGE). Para efeito deste cálculo considerar-se-á como data final a correspondente aos últimos números-índices publicados, estabelecendo-se o mês comercial de 30 (trinta) dias.
- 11.10. A garantia de execução contratual poderá ser alterada quando conveniente a sua substituição a pedido da **CONTRATADA** e desde que aceita pela **SPTrans**.

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

FOLHA Nº: 183  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kellen Maria da Conceição Siles  
Prof. 121.900-6



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES, RESCISÃO, RECURSOS, PENALIDADES, MULTAS E SUSPENSÃO.**

- 12.1. Este contrato, regido pelo RILC, poderá ser alterado qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.
- 12.1.1. A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da **SPTrans**.
- 12.1.2. A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando forem necessários acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.1.3. Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pela **CONTRATADA** na licitação.
- 12.1.4. Se no contrato não foram contemplados preços unitários para obras, serviços ou bens, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitado o limite estabelecido no item 12.1.2.
- 12.1.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos neste item, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.
- 12.2. As Sanções obedecerão aos artigos 240 e seguintes do RILC e, ainda, às seguintes penalidades:
- 12.2.1. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato por atraso na entrega da **garantia contratual**.
- 12.2.2. Multa pela **inexecução total** do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual.
- 12.2.2.1. Entende-se como inexecução total do contrato se a **CONTRATADA** deixar de iniciar a prestação dos serviços no prazo determinado.
- 12.2.3. Multa pela **inexecução parcial** do contrato: 15% (quinze por cento) sobre o valor remanescente do contrato.
- 12.2.3.1. Entende-se como inexecução parcial a suspensão, paralisação ou interrupção dos serviços objeto deste contrato, a partir do 3º até o 30º dia, contados do início do prazo fixado pela **SPTrans**, sem a devida justificativa previamente aceita pela **SPTrans** e depois deste prazo será passível de rescisão contratual com as demais consequências daí advindas.

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



FOLHA Nº: 184  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kellen Maria da Conceição Sileo



12.2.4. A **CONTRATADA** estará, ainda, sujeita às seguintes multas, cujo cálculo terá como base o valor contratual atualizado:

12.2.4.1. 1,0% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, se criar embaraços à fiscalização ou prestar informações inexatas;

12.2.4.2. 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total do contrato, se transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

12.2.4.3. 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total do contrato, se praticar por ação, omissão, imperícia, negligência, seja por culpa ou dolo, qualquer ato que venha a causar danos ou risco à **SPTrans** ou a terceiros independentemente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados;

12.2.4.4. 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais ou de condições estabelecidas em seus anexos que cause relevante consequência, comprometa o objeto do contrato e que implique a interrupção da execução contratual, exceto as irregularidades descritas nos itens anteriores.

12.2.4.5. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de reincidência de qualquer dos itens anteriores.

12.3. As multas serão aplicadas pela **SPTrans** quando não forem aceitas as competentes justificativas apresentadas pela **CONTRATADA**.

12.4. Para a aplicação de penalidades serão observados os procedimentos contidos no artigo 248 e seguintes do RILC, garantido o direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

12.5. As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a **CONTRATADA** da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar à **SPTrans** ou a terceiros.

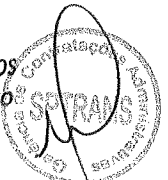
12.6. Constitui falta grave por parte da **CONTRATADA** o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.7. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis. Constituirão motivo para rescisão do contrato:

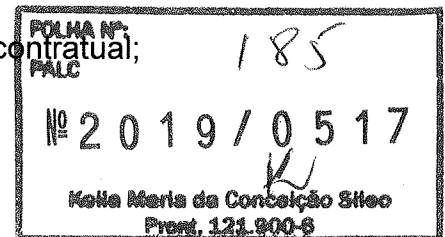
12.7.1. O descumprimento de obrigações contratuais;

12.7.2. A alteração da pessoa da **CONTRATADA**, mediante:

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



- 12.7.2.1. A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **SPTrans**, observado o RILC;
- 12.7.2.2. A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da **SPTrans**.
- 12.7.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- 12.7.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- 12.7.5. A dissolução da sociedade **CONTRATADA**;
- 12.7.6. A decretação de falência da **CONTRATADA**;
- 12.7.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do contrato;
- 12.7.8. Razões de interesse da **SPTrans**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- 12.7.9. O atraso nos pagamentos devidos pela **SPTrans** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 12.7.10. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 12.7.11. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- 12.7.12. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 12.7.13. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- 12.7.14. Ter sido frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter sido impedida, perturbada ou fraudada a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; o afastamento ou a tentativa de afastamento de licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; fraude em licitação pública ou contrato dela decorrente; ter sido criada, de modo fraudulento ou irregular, pessoa



Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; a obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter sido manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter sido dificultada a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

**12.7.15.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a perda das condições de habilitação da **CONTRATADA**.

**12.8.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o **direito de prévia e ampla defesa**.

**12.9.** A rescisão do contrato poderá ser:

**12.9.1.** Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

**12.9.2.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **SPTrans**;

**12.9.3.** Judicial, nos termos da legislação.

**12.10.** A rescisão por ato unilateral a que se refere o item 12.9.1 deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, com fundamento no § 2º do artigo 238 do RILC.

**12.11.** Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

**12.11.1.** Devolução da garantia;

**12.11.2.** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

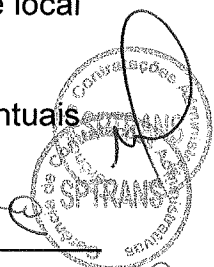
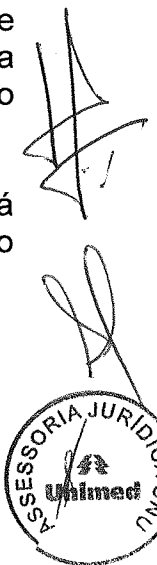
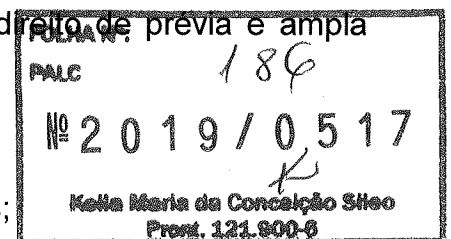
**12.11.3.** Pagamento do custo da desmobilização.

**12.12.** A rescisão por ato unilateral da **SPTrans** acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e no RILC:

**12.12.1.** Assunção imediata do objeto contratado, pela **SPTrans**, no estado e local em que se encontrar;

**12.12.2.** Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **SPTrans**;

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



**12.12.3.** Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **SPTrans**;

**12.12.4.** Caso a garantia contratual e os créditos da **CONTRATADA**, decorrentes do contrato, sejam insuficientes, ajuizamento de ação judicial com vistas à obtenção integral do ressarcimento.

FOLHA Nº:	187
PALC	
Nº	2019/0517
Revisão Médica ou Higiênica Prot. 121.900-8	

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**13.1.** Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO

**14.1.** Poderá ser admitida, mediante prévia e expressa aprovação pela **SPTrans**, a fusão cisão ou incorporação da **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**15.1.** A gestão e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escoreta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato designado pela **SPTrans**, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, cabendo ao responsável legal ou preposto da **CONTRATADA** o acompanhamento dessas atividades.

**15.2.** Para gerir e controlar a execução do presente Contrato, a **CONTRATADA** deverá designar um responsável, sendo que a **SPTrans** designará responsável da Superintendência de Recursos Humanos (DP/SRH).

**15.3.** As comunicações recíprocas deverão ser efetuadas por meio de correspondência mencionando o número do Contrato, o assunto específico do seu conteúdo e serem endereçadas conforme segue:

#### **SPTrans**

São Paulo Transporte S/A

Responsável pela gestão do Contrato: Sra. Laura Lopes de Araujo Maia

Endereço: Rua Boa Vista, 236 – 1º andar – frente – Centro – São Paulo – CEP: 01014-000

e-mail: Laura.maia@sprtrans.com.br

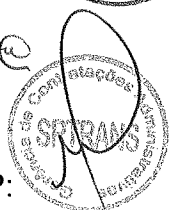
Responsável Fiscal Técnico: Sra. Janete Zygmantas

e-mail: janete.zygmantas@sprtrans.com.br

Responsável Fiscal Administrativo: Sra. Iolanda Regina da Silva Correa

Endereço: Rua Boa Vista, 236 – 1º andar – frente – Centro – São Paulo – CEP: 01014-000

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídica



FOLHA Nº: 188  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kellen Maria da Conceição Sileo  
Frent. 121.900-6



e-mail: [iolanda.correa@sptrans.com.br](mailto:iolanda.correa@sptrans.com.br)

### CONTRATADA

Nome da empresa: **CENTRAL NACIONAL UNIMED – COOPERATIVA CENTRAL**  
Nome do responsável pela gestão do contrato: Diego Muneron  
Endereço: Alameda Santos, 1826, Cerqueira César – São Paulo-SP, CEP/; 01418-102  
e-mail: [diego.muneron@centralnacionalunimed.com.br](mailto:diego.muneron@centralnacionalunimed.com.br)

- 15.4. A entrega de qualquer carta ou documento far-se-á por portador, com protocolo de recebimento e o nome do remetente conforme acima descrito ou, ainda, por correspondência com Aviso de Recebimento – AR.
- 15.5. Para as comunicações relativas à operacionalização da execução do objeto do contrato, poderá ser utilizado correio eletrônico.
- 15.6. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar para a **SPTrans** canais de comunicação, tais como telefone e e-mail. O atendimento será em dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.
- 15.7. As substituições dos responsáveis de ambas as partes, bem como qualquer alteração dos seus dados, deverá ser imediatamente comunicada por escrito conforme o disposto no item 15.3 deste contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA TOLERÂNCIA

- 16.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato e/ou seus anexos, tal fato não poderá ser considerado como modificativo das condições do presente contrato, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 17.1. Executado o contrato, o seu objeto deverá ser recebido:

17.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

17.1.2. Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado do recebimento provisório.

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico

- 17.2. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade

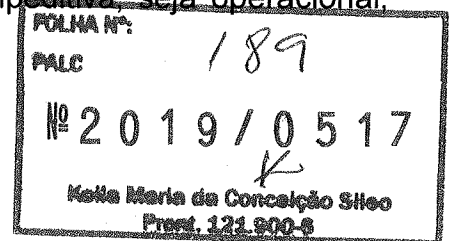


competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

- 17.3. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 18.1. Executada a prestação de serviço o contrato será encerrado lavrando-se o respectivo "Termo de Conclusão, Encerramento e Quitação", somente após a confirmação da inexistência de qualquer pendência impositiva, seja operacional, financeira ou de qualquer outra natureza.



## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

- 19.1. A execução do presente contrato, bem como as hipóteses nele não previstas, serão regidas pela Lei Federal nº 13.303/16, legislação correlata e pelos preceitos de direito privado.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Para execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto nº 56.633, de 24 de novembro de 2015.
- 20.2. A **CONTRATADA** declara que conhece e se compromete, no cumprimento do presente contrato, a respeitar as disposições contidas no Código de Conduta e Integridade da **SPTrans**.
- 20.3. Em cumprimento ao item 8.1 do Código de Conduta e Integridade da **SPTrans**, os canais de denúncias relativas às questões éticas e de integridade institucional são os seguintes:

e-mail: [comite.conduta@sptrans.com.br](mailto:comite.conduta@sptrans.com.br)

telefone: 3396-7858

correspondência: Envelope Lacrado endereçado a:  
Comitê de Conduta da **SPTrans**  
Rua Boa Vista, nº 128 - 1º andar (Protocolo)

Ana Camila Lima dos Anjos  
Superintendente Jurídico



FOLHA Nº: 190  
PALC  
Nº 2019/0517  
Mela Maria da Conceição Sileo  
Pres. 121.900-5



**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

21.1. Elegem as partes contratantes o Foro Privativo das Varas da Fazenda Pública desta Capital, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

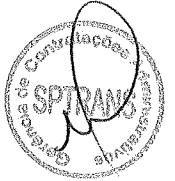

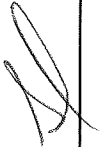
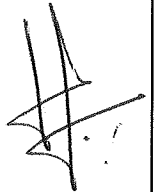
São Paulo, 09 DEZ. 2019

**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A**  
SPT

FOLHA Nº: 199  
PALC  
Nº 2019/0517  
Nossa Maria da Conceição Sileo  
Frent. 121.900-6

# ANEXO II

# TERMO DE REFERÊNCIA



LICITAÇÃO Nº 019/2019

FOLHA Nº:	192
PALC	
Nº	2019/0517
Nela Maria da Conceição Sileo	
Pres. 121.900-8	

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA****1. APRESENTAÇÃO**

A **SPTrans** disponibiliza plano de assistência médica e odontológica no regime de Auto Gestão desde 12/07/1985. Em cumprimento às disposições estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 58.093 de 20/02/2018, visa contratar um plano de saúde em substituição ao atual modelo.

**2. DO OBJETO**

Prestação de Serviços Especializados de Assistência Médica, Hospitalar, Cirúrgica e Obstétrica à Saúde, aos empregados e Diretores da São Paulo Transporte S/A. – **SPTrans** e seus dependentes regularmente nomeados através de Plano de Assistência Médica Empresarial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

**3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência da presente contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do Título V Capítulo V do RILC, mediante emissão do Termo Aditivo, podendo ocorrer a rescisão antecipada mediante notificação com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência.

A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita devidamente fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

**4. DOS BENEFICIÁRIOS**

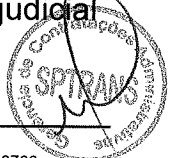
A **SPTrans** fornecerá a relação inicial de beneficiários, por adesão compulsória, composta pelos diretores, empregados e seus respectivos dependentes para o cadastramento inicial, sem distinção, pela **CONTRATADA**.

Os beneficiários dos serviços de assistência médica, doravante designados neste termo como beneficiários, que engloba os segmentos ambulatorial, hospitalar com obstetria, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico dividem-se em:

a) **Titulares:** diretores e empregados.

b) **Dependentes:** esposa (o), companheira (o), filhas (os)\* menores de 21 (vinte e um) anos e até 24 (vinte e quatro) anos, se universitários, e portadores de deficiência sem limite de idade mediante apresentação de documento médico ou judicial comprobatório.

\*equiparados os adotivos e tutelados



FOLHA Nº: 193  
 PÁLC  
 Nº 2019/0517  
 Nella Maria da Conceição Sileo  
 Front. 121.800-6



## 5. DO CADASTRAMENTO

A quantidade total estimada de beneficiários titulares e dependentes é de 4.069 (quatro mil e sessenta e nove) classificados por faixa etária e sexo, nos termos do quadro a seguir – Beneficiários por Tipo/Idade.

FAIXA ETÁRIA	TITULARES EMPREGADOS		TOTAL	DEPENDENTES		TOTAL	TOTAL GERAL
	FEMININO	MASCULINO		FEMININO	MASCULINO		
0 - 18	1		1	450	482	932	933
19 - 23	3	2	5	149	139	288	293
24 - 28	18	13	31	13	2	15	46
29 - 33	23	79	102	35	2	37	139
34 - 38	35	112	147	74	4	78	225
39 - 43	43	151	194	118	12	130	324
44 - 48	39	156	195	142	9	151	346
49 - 53	97	265	362	161	17	178	540
54 - 58	100	304	404	144	31	175	579
59 ou +	85	360	445	184	15	199	644
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>1.442</b>	<b>1.886</b>	<b>1.470</b>	<b>713</b>	<b>2.183</b>	<b>4.069</b>

A **SPTrans**, no ato da assinatura do contrato, entregará a relação contendo o número exato de beneficiários e as informações necessárias para as operações de cadastramento.

Os desligamentos de titulares ou exclusões de dependentes serão processados nos termos do artigo 7º da RN 412/16.

As exclusões de beneficiários serão comunicadas formalmente pelo Gestor do Contrato da **SPTrans** à **CONTRATADA**.

## 6. DAS CARÊNCIAS

A **CONTRATADA** deverá considerar para fins de portabilidade o tempo de permanência de todos os beneficiários na modalidade autogestão existente na **SPTrans**, independentemente do tempo de utilização do mesmo.

A **CONTRATADA** assumirá todo o grupo de beneficiários existentes na data de sua contratação, sem qualquer limitação, ou seja, sem limite de idade, sem exigir qualquer tipo de exame, independente do estado de saúde, sem quaisquer carências.

Quando da admissão de novos Diretores, empregados e também de outros dependentes, como nos casos de casamento, cônjuges, reconhecimento de união estável, nascimento ou adoção de filhos, essas inclusões deverão ser efetivadas com isenção de carências somente se formalizado o pedido de ingresso no plano em até 30 dias da data do evento.

A **CONTRATADA** poderá estabelecer carências para os futuros beneficiários inscritos 30 dias após a data do evento, conforme previsto pela ANS. As carências serão





POLINA Nº: 194  
 P.A.L.C.  
 Nº 2019/0517  
 Nossa Maria da Conceição São  
 Front. 121.800-8



**SPTrans**

contadas a partir da data formal de inclusão do beneficiário no plano e obedecerão aos seguintes prazos máximos, conforme tabela a seguir

Situação	Carência
Casos de urgência (acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional) e emergência (risco imediato à vida ou lesões irreparáveis)	24 horas
Partos a termo, excluídos os partos prematuros e decorrentes de complicações no processo gestacional	300 dias
Consultas e exames simples	30 dias
Demais situações	180 dias

## 7. DA ABRANGÊNCIA

A abrangência do plano de assistência médica deve ser estadual, com ênfase em São Paulo Capital, demais municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo, Litoral e Interior.

A **CONTRATADA** deverá manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao apresentado na ocasião da apresentação das propostas. Caso haja descredenciamento de qualquer prestador, deverá credenciar outro de mesmo porte e abrangência territorial, com a mesma capacitação técnica ou superior, no prazo máximo de 60 dias, devidamente aprovado pela **SPTrans**.

Na hipótese de descredenciamento ou substituição de rede hospitalar, durante o período de internação de algum beneficiário, caso o mesmo não tenha condições de ser removido, a **CONTRATADA** deverá mantê-lo internado e obriga-se ao pagamento integral das despesas decorrentes dessa internação, até a alta do paciente, a critério do médico.

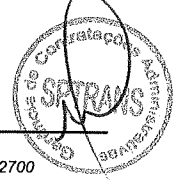
## 8. DA PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTOS

A **CONTRATADA** deverá garantir o atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive pronto socorro em sua rede credenciada.

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviços de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, através de profissionais capacitados para dirimir dúvidas dos beneficiários quanto a locais para realização de exames de qualquer tipo na rede credenciada, atendimento de urgência/emergência em pronto socorro e/ou hospitais, autorização nos casos de urgência e emergência para realização de procedimentos cirúrgicos, internação eletiva, serviços de remoções em unidades móveis básicas ou UTI, dentre outros.

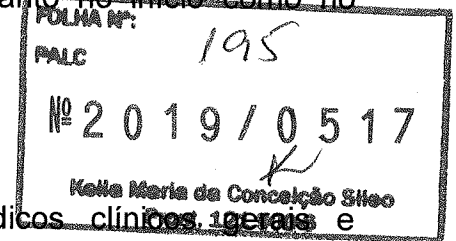
A **CONTRATADA** deverá colocar à disposição dos beneficiários, em endereço eletrônico, listagem completa onde constem os profissionais e as instituições da rede credenciada.

*[Handwritten signature]*



A **CONTRATADA** deverá fornecer à **SPTrans** todo o suporte necessário para a implantação e manutenção do plano contratado.

A **CONTRATADA** deverá emitir, conforme padrão estabelecido pela ANS, carteiras de identificação (1ª e 2ª vias), sem custo adicional para a **SPTrans** e/ou beneficiários, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, tanto no início como no decorrer do contrato.



### 8.1. Das Consultas e Tratamentos

As consultas serão realizadas em consultórios médicos clínicos, gerais e especialistas da rede **CONTRATADA** nos horários normais de consulta.

Os atendimentos incluirão todos os casos clínicos e cirúrgicos, gerais e especializados, com os seus respectivos procedimentos.

As consultas de emergência/urgência serão realizadas nos serviços de pronto atendimento e pronto-socorro dos hospitais da rede credenciada, em qualquer horário, incluindo todos os casos clínicos e cirúrgicos, gerais e especializados, com seus respectivos procedimentos.

Os beneficiários terão direito a todos os tratamentos clínicos e cirúrgicos, de acordo com o rol de procedimentos vigente estabelecido pela ANS e suas alterações futuras.

### 8.2. Do Atendimento de Emergência

A **CONTRATADA** deverá garantir o atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive em pronto socorro de sua rede credenciada, em casos de urgência e emergência.

### 8.3. Exames Complementares / Procedimentos

A **CONTRATADA** deverá garantir a realização de todos os exames necessários para diagnósticos e para controle de tratamento, de acordo com o rol de procedimentos vigente estabelecido pela ANS e suas alterações futuras.

As especialidades médicas cobertas serão todas as reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e pela Associação Médica Brasileira.

### 8.4. Medicamentos

A **CONTRATADA** deverá garantir cobertura aos medicamentos previstos na legislação e no rol da ANS e suas alterações, inclusive, quimioterápicos para uso oral em domicílio.



FOLHA Nº:	196
PALC	
Nº	2019/0517
Nela Maria da Conceição Sileo	
Prod. 121.900-6	



## 8.5. Remoção

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, quando necessário, serviço próprio ou contratado de remoção para todos os beneficiários, nos termos do artigo 2º. da RN 347/14.

## 9. INTERNAÇÃO

As internações deverão garantir assistência integral, desde o início até a alta e, quando em acomodações do tipo enfermaria, deverá atender o limite de até 03 (três) leitos, considerando os acompanhantes previstos na legislação.

As internações deverão estar isentas de despesas de diárias, taxas de sala de cirurgia e de parto, órteses, próteses, materiais especiais, bem como, as despesas relativas aos medicamentos prescritos durante o período de hospitalização, anestesia, oxigênio, honorários médicos, inclusive de cirurgião, anestesista, instrumentador cirúrgico, auxiliares, serviços de enfermagem e exames complementares para qualquer cirurgia, fisioterapia, alimentação (dietética, enteral e parenteral), material de higiene pessoal, material cirúrgico e qualquer outro tipo de tratamento, inclusive remoção de paciente e transfusão de sangue, dentre outros procedimentos previstos no rol da ANS vigente.

Além de toda a infraestrutura necessária no âmbito hospitalar e serviços auxiliares, deverá ser fornecida a alimentação para acompanhantes de acordo com previsto na legislação.

A transferência do paciente, se necessária, se dará mediante prévia autorização do próprio beneficiário ou de seu responsável, ressalvada a hipótese de necessidade em razão de ausência de recursos clínicos no local da internação.

### 9.1. Programa de Internação Domiciliar - Home Care

Disponibilizar serviço de Home Care, quando necessário e prescrito pelo médico, sem ônus ao beneficiário.

### 9.2. Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais

Os serviços contratados deverão dar cobertura também ao atendimento nos casos de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, conforme artigo 15 da NR 428/17.

### 9.3. Rede Hospitalar

A **CONTRATADA** deverá possuir o número mínimo indicado de hospitais, pronto socorros e laboratórios por plano, localizados na área de abrangência estabelecida neste termo e deverá contemplar, no mínimo, as especialidades previstas no rol da ANS vigente.



FOLHA Nº: 197  
PALC  
Nº 2019/0517  
Nella Maria da Conceição Sileo  
Prof. 121.900-8



#### 9.4. Dos Planos

A **CONTRATADA** deverá oferecer três tipos de plano:

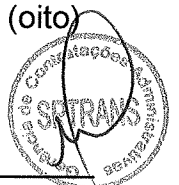
- a) **Plano Padrão Enfermaria:** este plano deverá prestar atendimento com internação eletiva e emergencial em enfermaria com até 03 (três) leitos, garantido todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigente da ANS. Ficará a critério do beneficiário a escolha do hospital e laboratório para seu atendimento.

Este plano deve incluir pelo menos 21 (vinte e um) hospitais com pronto socorro dos 28 (vinte e oito) a seguir relacionados e, dentre esses, obrigatoriamente, deverão estar incluídas 02 (duas) maternidades:

Hospital AACD  
Hospital Santa Marcelina – Unidade Itaquera  
Hospital Santa Rita  
Cema Hospital Especializado  
Hospital LEFORTE Unidade - Liberdade  
Hospital Edmundo Vasconcelos  
Hospital Metropolitano  
Hospital Paulista  
Hospital das Clínicas  
Hospital da Criança  
Hospital Nipo Brasileiro  
Hospital Rubem Berta  
Hospital Santa Cruz  
Hospital Santa Virginia  
Hospital Santa Isabel  
Hospital Santa Paula  
Hospital São Camilo – Unidade Ipiranga  
Hospital São Camilo – Unidade Santana  
IBCC – Instituto Brasileiro de Controle do Câncer  
INCOR  
Hospital IGESP  
Hospital San Paolo  
Hospital Sepaco  
Hospital Beneficência Portuguesa  
Hospital Central de Guaianazes  
Hospital Santa Joana  
Hospital Villa Lobos  
Hospital Paulistano

Este plano deve incluir pelo menos 06 (seis) laboratórios/imagem dos 08 (oito) a seguir relacionados:

CDB Centro de Diagnóstico Brasil



Lavoisier Medicina Diagnóstica  
Femme Laboratório da Mulher  
CRYA  
Cimerman  
UCD  
Nasa  
Hermes Pardini

POLHA Nº:	198
PALC	
Nº	2019/0517
Kellen Maria da Conceição Sileo	
Pront. 121.900-5	

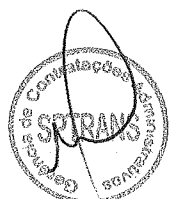
- b) **Plano Padrão Intermediário:** este plano deverá ser oferecido opcionalmente aos beneficiários. As hospitalizações deverão ser em apartamento individual com banheiro privativo e telefone, ficando a critério do beneficiário a escolha do hospital e laboratório para seu atendimento, dentre os relacionados para atendimento ao referido plano, devendo oferecer, no mínimo, a rede estabelecida para o Plano Padrão Enfermaria.
- c) **Plano Padrão Apartamento:** este plano deverá ser oferecido opcionalmente aos beneficiários. As hospitalizações deverão ser em apartamento individual com banheiro privativo e telefone, ficando a critério do beneficiário a escolha do hospital e laboratório para seu atendimento, dentre os relacionados para atendimento ao referido plano.

Deverá oferecer, além da rede prevista no Plano Padrão Enfermaria e no Plano Padrão Intermediário, um adicional de, no mínimo, 09 (nove) hospitais com pronto socorro dos 12 (doze) e no mínimo 03 (três) laboratórios dos 04 (quatro) dentre os relacionados a seguir.

#### Hospitais:

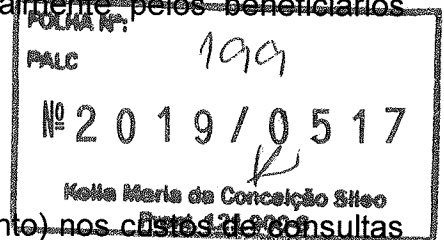
Hospital AC Camargo  
Hospital Oswaldo Cruz  
Hospital HCOR  
Hospital e Maternidade São Luiz – Unidade Itaim  
Hospital e Maternidade São Luiz – Unidade Anália Franco  
Hospital e Maternidade São Luiz – Unidade Morumbi  
Hospital e Maternidade São Luiz – Unidade Jabaquara  
Hospital Nove de Julho  
Hospital Santa Catarina  
Pró-Matre Paulista  
Hospital Samaritano  
Hospital São Camilo – Unidade Pompéia  
Laboratórios / Imagem:

Cura  
Delboni Aurieno Med. Diagnóstica  
Salomão & Zoppi  
A+ Medicina Diagnóstica



Nos Planos Padrão Intermediário e Padrão Apartamento opcionais, a sobretaxa resultante da diferença entre o Plano Padrão Enfermaria, ficará a cargo do titular e será descontada mensalmente dos seus vencimentos em folha de pagamento, mediante prévia autorização por parte da **SPTrans**.

Os empregados desligados sem justa causa, bem como os respectivos dependentes, em qualquer época da vigência do contrato, nos termos das leis vigentes e resoluções normativas da ANS, terão direito a dar continuidade aos serviços contratados, em qualquer dos 03 (três) padrões de plano, sendo que o pagamento dos respectivos valores será feito mensalmente pelos beneficiários diretamente à **CONTRATADA**.



## 10. DA COPARTICIPAÇÃO

Os beneficiários terão participação de 20% (vinte por cento) nos custos de consultas e exames, a saber:

**10.1.** Consultas: Eletivas e Clínicas, Hospitalares e em Pronto Socorro

**10.2.** Exames Básicos: Análises clínicas e anatomia patológica

## 11. DA MUDANÇA DE PLANO

Será assegurada a todos os beneficiários titulares e seus respectivos dependentes, a possibilidade de mudança de plano, sem qualquer tipo de carência para utilização, desde que se faça a opção nos primeiros 90 (noventa) dias de vigência do Contrato, ou no aniversário do Contrato.

As mudanças dos demais Planos para o Plano Padrão Enfermaria serão realizadas somente no aniversário do Contrato.

Caso o empregado e seus dependentes optem por mudança de categoria todos os integrantes do grupo familiar deverão migrar.

Os empregados admitidos no curso do contrato, que fizerem opção de mudança de plano, deverão fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de admissão.

## 12. DOS VALORES DOS PLANOS

Os valores de cada plano deverão ser unitários independentemente da faixa etária, expressos em reais, com 02 (duas) casas decimais.

## 13. DO PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às medições e reajustamentos, quando devidos, serão efetuados 08 (oito) dias úteis após a data de apresentação e aceite pela **SPTrans** das Notas Fiscais/Faturas dos serviços, por meio de crédito em conta corrente que a **CONTRATADA** deverá manter no banco indicado pela **SPTrans**.

Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente à **SPTrans**, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, os relatórios previstos na RN 389/15.

FOLHA Nº:	200
PALC	
Nº	2019/0517
K Kelle Maria da Conceição Silva	

#### 14. DO REAJUSTE FINANCEIRO

Os preços oferecidos remunerarão todas as despesas necessárias à execução dos serviços ora contratados.

Os preços unitários de cada plano serão reajustados após o prazo mínimo de 12 meses a contar da data da vigência contratual, pelo IPC-Fipe.

Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade de 12 (doze) meses, contados do mês de início da prestação dos serviços ou da data do último reajuste.

#### 15. DO REAJUSTE TÉCNICO

O Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total da contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração. Se o índice de sinistralidade se situar acima de 70% (setenta por cento) a contraprestação será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IR = IS / 0,70$$

$$IS = \sum Sa / \sum Pp$$

Legenda:

IR = Índice de Reajuste Técnico

IS = Índice de Sinistralidade

0,70= Índice Máximo de Sinistralidade

$\sum Sa$  = Somatória dos Sinistros Apurados pela Contratada no Período Analisado

$\sum Pp$ = Somatória da Contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado

Sempre que o IR for maior que 01(um) os prêmios poderão ser reajustados pelo índice apurado, desde que formalmente solicitada pela **CONTRATADA**.

As apurações serão feitas mensalmente, sendo que a primeira apuração se dará a partir do 1º (primeiro) mês de vigência do contrato, estabelecendo índices totais mensais e consolidações acumuladas para efeito de acompanhamento, tendo por base somatória de Sa e Pp, do período compreendido entre o último mês que serviu de base para o último reajuste aplicado e o mês da efetiva análise, desde que esse período seja limitado a 12 (doze) meses.

Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade de 12 (doze) meses, contados do mês de início da prestação dos serviços ou da data do último reajuste.

O custo de migração de categoria entre planos não poderá ser considerado para fins de cálculo de sinistralidade.

FOLHA Nº:	201
PALC	
Nº	2019/0517
Ketty Maria da Conceição Sileo	
CPF: 121.800.8	

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Em caso de rescisão do contrato de trabalho, o empregado e seus dependentes serão mantidos na carteira até o término do aviso prévio, ainda que indenizado, e posteriormente, de acordo com a legislação da ANS e o interesse dos beneficiários, junto à operadora.




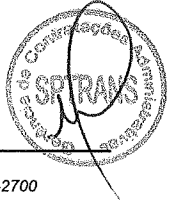
A **CONTRATADA** deverá oferecer desenvolvimento de programas de medicina preventiva aos beneficiários, abordando temas relacionados à prevenção, orientação e informação de doenças, visando à melhoria dos aspectos de saúde; e desenvolvimento de programas de acompanhamento de doentes crônicos e programas de acompanhamento de doentes de alta complexidade.

A **CONTRATADA** deverá oferecer duas palestras educativas por ano, na vigência do contrato, com carga mínima de uma hora cada, com temas ligados à Medicina e Segurança do Trabalho, a serem definidos em comum acordo entre a **CONTRATADA** e a **SPTrans**. As palestras serão solicitadas a critério da **SPTrans**, normalmente durante a realização da SIPAT.

Quando da negativa para algum procedimento e/ou atendimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao beneficiário justificativa por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme previsto na RN 395/16 ANS.

A **CONTRATADA** deverá esclarecer por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, as dúvidas relativas ao atendimento e/ou serviços prestados, informando as providências tomadas para a regularização dos mesmos, quando for o caso.

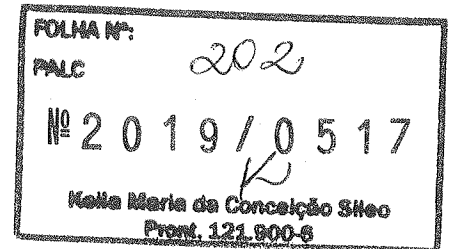
O plano contratado será custeado pela **SPTrans** e pelos empregados, mediante pagamento de mensalidade a ser descontada em folha de pagamento.

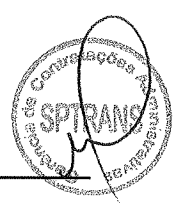
  
  




**ANEXO A - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BENEFICIÁRIOS**

<b>Norte</b>	020 - Vila Guilherme	45	<b>Leste</b>	030 - Brás/Belém	116	<b>Oeste</b>	050 - Lapa	32
	021 - Vila Maria	57		031 - Moóca	80		051 - Pirituba	38
	022 - Tucuruvi	63		032 - Itaquera	76		052 - Pq. Anhanguera	22
	023 - Tremembé	48		033 - Tatuapé	92		053 - Jaguaré	12
	024 - Santana	64		034 - Vila Carrão	85		054 - Pinheiros	12
	025 - Casa Verde	44		035 - Vi. Matilde	157		055 - Butantã	28
	026 - V.N.Cach.	48		036 - Penha	175		056 - Morumbi	8
	027 - Limão	32		037 - Cangaíba	64		057 - Campo Limpo	46
	028 - Brasilândia	78		038 - E. Matarazzo	84		058 - Capão Redondo	95
	029 - Freqüesia do Ó	50		039 - Sapopemba	174		<b>Zona Oeste</b>	<b>293</b>
<b>Zona Norte</b>		<b>529</b>	080 - S. Miguel Pta.	182	<b>A B C D</b>	090 - Santo André	32	
<b>Sul</b>	040 - Vila Mariana	37	081 - Itaim Paulista	102		093 - Mauá	20	
	041 - Bq da Saúde	92	082 - Itaquera	228		094 - Ribeirão Pires	14	
	042 - Ipiranga	37	083 - São Mateus	81		095 - São Caetano Sul	9	
	043 - Jabaquara	50	084 - Guaianazes	128		097 - S. Bern. Campo	47	
	044 - Pedreira	50	<b>Zona Leste</b>	<b>1.824</b>		099 - Diadema	38	
	045 - Ibirapuera	19	010 - Sé / Centro	11		<b>ABCD</b>	<b>160</b>	
	046 - Cupecê	21	011 - Barra Funda	12				
	047 - Santo Amaro	17	012 - Santa Cecília	21				
	048 - Grajaú	142	013 - Bela Vista	24				
	049 - C. do Socorro	58	014 - Jardim Paulista	8				
<b>Zona Sul</b>		<b>523</b>	015 - Cambuci/Liberd	55				
<b>Grd São Paulo</b>	060 - Osasco	44	<b>Centro</b>	<b>131</b>				
	063 - Carapicuíba	39	110 - Santos	6				
	064 - Barueri	6	113 - São Vicente	3				
	066 - Itapevi	8	114 - Guarujá	2				
	067 - Taboão da Serra	56	117 - Mongaguá/P.Gde	13				
	068 - Embu/It.da Serra	24	122 - S. José Campos	0				
	070 - Guarulhos	156	123 - Jacareí	2				
	074 - Arujá	10	129 - Bragança Pta.	18				
	075 - Santa Isabel	2	130 - Campinas	6				
	077 - F.Rocha/Caieiras	3	131 - Sumaré	0				
085 - Itaquaquetuba	92	132 - Jundiaí/Itatiba	13	<b>CEP Relacionados</b>	<b>4.035</b>			
086 - Suzano	36	133 - Salto / Itu	7	<b>CEP Diferentes</b>	<b>34</b>			
087 - Mogi das Cruzes	13	138 - Mogi Mirim	4					
<b>G S P</b>		<b>489</b>	142 - São Simão	0				
			180 - Sorocaba	0	<b>Total Beneficiários</b>	<b>4.069</b>		
			181 - São Roque	12				
			185 - Pereiras	0				
			<b>100 - Interior</b>	<b>86</b>				

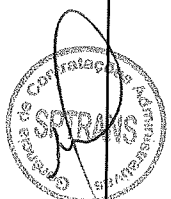


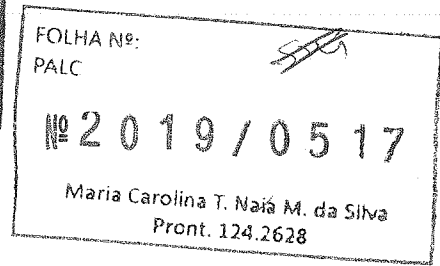
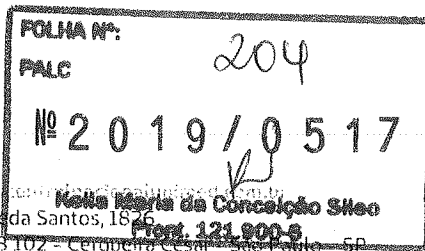



FOLHA Nº: 203  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kella Maria da Conceição Sileo  
Pres. 121.900-6

# ANEXO III

# PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS





À  
**São Paulo Transporte S.A. – SPTrans**  
 Rua Boa Vista, 236 – 2º. Andar – Centro  
 CEP 01014-000 – São Paulo - SP

Pregão Eletrônico nº 019/2019 - Processo Administrativo nº 2019/0517  
 Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (24 MESES)

Objeto: Prestação de serviços especializados de assistência médica, hospitalar, cirúrgica e obstétrica à saúde, aos empregados e diretores da **São Paulo Transporte S.A. – SPTrans**, seus dependentes regularmente nomeados, através de Plano de Assistência Médica Empresarial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS**  
 Conf. Anexo III do Edital

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (24 MESES)
1	PLANO EMPRESARIAL SPTRANS					
1.1	PLANO PADRÃO ENFERMARIA	UN	4069	R\$ 573,44	R\$ 2.333.327,36	R\$ 55.999.856,64
2	PLANOS OPCIONAIS	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNIT.	VARIÇÃO (%) EM RELAÇÃO AO PLANO PADRÃO ENFERMARIA	
2.1	PLANO PADRÃO INTERMEDIÁRIO	UN	POR ADESÃO	R\$ 707,95	23,46%	
2.2	PLANO PADRÃO APARTAMENTO	UN	POR ADESÃO	R\$ 815,06	42,14%	

Registro de Produto (ANS):  
 Item 1.1.: 480.991/18-2 Absoluto-Nac I-Enf.-C/Copart  
 Item 2.1.: 480.993/18-9 Absoluto-Nac I-Apto.-C/Copart  
 Item 2.2.: 481.859/18-8 Superior-Nac I-Apto.-C/Copart

VALOR (por extenso): Cinquenta e cinco milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos.

Os preços contidos nesta Proposta incluem todos os tributos, taxas, fretes, custos e despesas, diretas ou indiretas, e demais encargos, a qualquer título, necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital do Pregão Eletrônico No. 019/2019 da SPTrans e seus anexos.

Prazo de validade da Proposta de Preço: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Vigência do Contrato: 24 meses, prorrogável mediante Termo Aditivo

Pagamento: conforme Edital

São Paulo-SP, 12 de novembro de 2019.

Atenciosamente,

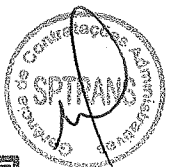
Stelio Bastos Belchior Filho  
 Superintendente de Marketing

Gustavo Soares Knupp  
 Superintendente



Membro da Aliança Comercial PME e Adesão  
 Cooperativa Internacional

"Cooperativismo: caminho para a democracia e a paz."  
 Roberto Rodrigues

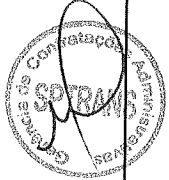


FOLHA Nº: 205  
PALC  
Nº 2019/0517  
Kellen Maria da Conceição Sileo  
Print. 121.800-6

# ANEXO IV

# CRITÉRIO DE PREÇO E MEDIÇÃO

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  


**LICITAÇÃO Nº 019/2019****ANEXO IV – CRITÉRIO DE PREÇO E MEDIÇÃO**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR, CIRÚRGICA E OBSTÉTRICA À SAÚDE, AOS EMPREGADOS E DIRETORES DA SÃO PAULO TRANSPORTE S/A. - SPTRANS, SEUS DEPENDENTES REGULARMENTE NOMEADOS, ATRAVÉS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA EMPRESARIAL, COM REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA**

**DESCRIÇÃO:**

**PLANO EMPRESARIAL**

- PLANO PADRÃO ENFERMARIA

**PLANOS POR ADESÃO**

- PLANO PADRÃO INTERMEDIÁRIO
- PLANO PADRÃO APARTAMENTO

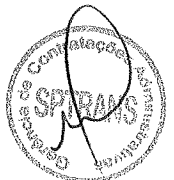
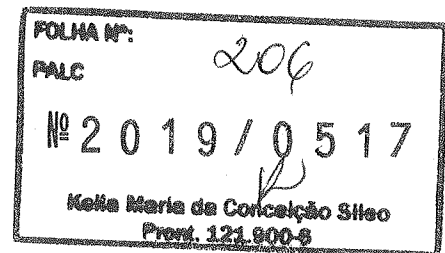
**UNIDADE:** Unidade (beneficiários)

**PRELIMINARES:**

Trata-se da Prestação de Serviços Especializados de Assistência Médica, Hospitalar, Cirúrgica e Obstétrica à Saúde, aos empregados e Diretores da São Paulo Transporte S/A. – SPTrans e seus dependentes regularmente nomeados através de Plano de Assistência Médica Empresarial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observando as condições e especificações contidas no Termo de Referência e/ou no contrato.

Ressaltamos que nos valores unitários apresentados, para cada modalidade de plano, deverão estar contempladas, além do lucro, as despesas relativas à:

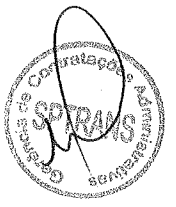

- Execução dos serviços, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência e no Contrato;
- Salários acrescidos dos respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive adicional noturno, instituídos por Lei ou acordo salarial da categoria, de todo o pessoal envolvido direta e indiretamente;
- As instalações e sua manutenção, mão de obra, materiais e equipamentos destinados à operacionalização administrativa da CONTRATADA;
- Comunicações compreendendo telefone fixo e celular, internet, correios, entre outros;
- Todos os encargos legais devidos;
- Seguros e auxílios de qualquer natureza;
- Demais despesas econômicas não especificadas acima;



**MEDIÇÃO:**

A medição dos serviços será efetuada conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou no Contrato

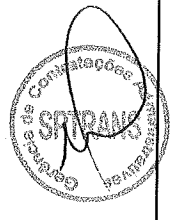

FOLHA Nº:	207
PALC	
Nº	2019/0517
Kella Maria da Conceição Sileo	
Pres. 121.900-8	



FOLHA Nº: 208  
PALC  
Nº 2019/0517  
Nela Maria da Conceição Sileo  
Pront. 121.900-6

# ANEXO VI

# CARTA PROPOSTA COMERCIAL





Alameda Santos, 1826  
01418-102 - Cerqueira César - São Paulo - SP

FOLHA Nº: *SS*  
PALC  
Nº 2019/0517  
Maria Carolina T. Naja M. da Silva  
Pront. 124.2628

**São Paulo Transporte S.A. – SPTrans**

Rua Boa Vista, 236 – 2º. Andar – Centro  
CEP 01014-000 – São Paulo - SP

Pregão Eletrônico nº 019/2019  
Processo Administrativo nº 2019/0517

Objeto: Prestação de serviços especializados de assistência médica, hospitalar, cirúrgica e obstétrica à saúde, aos empregados e diretores da **São Paulo Transporte S.A. – SPTrans**, seus dependentes regularmente nomeados, através de Plano de Assistência Médica Empresarial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

**CARTA PROPOSTA COMERCIAL**

Conf. Anexo VI do Edital

FOLHA Nº: *209*  
PALC  
Nº 2019/0517  
*Kellen Maria da Conceição Melo*  
Pront. 121.900-9

Prezados Senhores,

Apresentamos os preços e condições para o atendimento do Objeto acima, conforme regras estabelecidas no Edital.

- Os valores unitários são os constantes da Planilha de Quantidades e Preços, preenchida conforme o Anexo III do Edital;
- A data base dos preços apresentados é a data da apresentação das propostas;
- Prazo de validade das propostas é de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega das mesmas.

4. Dados da Proponente:

Razão Social da Empresa: **Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**  
CNPJ Nº: 02.812.468/0001-06  
Inscrição Estadual: isento  
Inscrição Municipal: 2.735.686-8  
Registro na ANS: 339679  
Endereço: Alameda Santos, 1826, Cerqueira César - CEP 01418-102 – São Paulo-SP

Representação da empresa (Termo de Contrato): representada na forma de seu ESTATUTO SOCIAL

**Gustavo Soares Knupp**

Superintendente Comercial

RG: MG 8.008.245

CPF: 032.850.456-47

**Rodrigo Salgado Guerra**

Superintendente Administrativo Financeiro

RG: MG 310.823

CPF: 027.661.746-05

Contato: Nivia Borges

Telefone: (11) 3268-7406

E-mail: [nivia.borges@centralnacionalunimed.com.br](mailto:nivia.borges@centralnacionalunimed.com.br)

Site: [www.centralnacionalunimed.com.br](http://www.centralnacionalunimed.com.br)

São Paulo-SP, 12 de novembro de 2019.

Atenciosamente,

*Stelio Bastos Belchior Filho*  
Superintendente de Marketing

*Gustavo Soares Knupp*  
Superintendente  
Comercial PME e Adesão



Membro da Aliança  
Cooperativa Internacional

"Cooperativismo: caminho para a democracia e a paz."  
Roberto Rodrigues

ANS - nº 33967-9

